

### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

# PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2022 MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO MAPA − PLATAFORMA +BRASIL №. 908780/2020, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA E A PREFEITURA DE ITAQUIRAÍ/MS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I − TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DA ABERTURA: 12 DE ABRIL DE 2022, ÀS 08:00 HORAS

### **PREÂMBULO**

- 1. DA CONVOCAÇÃO
- 2. DO OBJETO
- 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES
- 5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
- 6. DA PROPOSTA
- 7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO
- 9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO
- 10. DA CONTRATAÇÃO
- 11. DO PAGAMENTO
- 12. DO LOCAL DE ENTREGA, DO ACEITE, RECEBIMENTO DO OBJETO
- 13. DAS PENALIDADES

E.S.N.

- 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2022 PROCESSO Nº. 32/2022 MENOR PREÇO POR ITEM

#### 1. DA CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE ITAQUIRAÍ/MS, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada através do Decreto n°. 5.066, de 17 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial do Município, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo licitatório, acima identificado, pelo regime de execução indireta, a qual será processada e julgada de conformidade com a Lei Federal n°. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, combinado com o Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto Municipal nº. 2.461, de 01 de março de 2013, Decreto Municipal nº. 1.391/2006, e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Federal n°. 8.538/15, e condições previstas neste ato convocatório.

#### 1.2. DA REUNIÃO PÚBLICA

1.2.1. A reunião pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, ocorrerá na data, hora e local seguintes:

DATA: 12/04/2022. HORÁRIO: 08h00min

LOCAL: Sala de reunião da Prefeitura de Itaquiraí/MS, sito à Rua Campo Grande, 1585,

Centro, CEP: 79.965-000.

#### 2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de Patrulha Mecanizada, em atendimento ao Convênio MAPA Plataforma +BRASIL nº. 908780/2020, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA e a Prefeitura de Itaquiraí/MS, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I Termo de Referência.
- 2.2. Este Edital estabelece os requisitos para participação no Pregão Presencial, o critério que será adotado para o julgamento das Propostas e as condições da contratação da empresa VENCEDORA.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

#### Departamento de Licitações e Contratos

- 3.1.1. Detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.1.2. Atenda os requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos;
- 3.2. Não poderão concorrer neste Pregão:
- 3.2.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.2. Empresa que esteja suspensa de participar de licitação realizada pela Prefeitura de Itaquiraí/MS.
- 3.2.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, ou Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- 3.2.4. Direta ou indiretamente, empresa ou firma mercantil individual constituída por servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9°, Inciso III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

#### 4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 4.1. Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, a licitante deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada, devendo, ainda, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- 4.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 4.2.1. No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia autenticada na forma do subitem 8.4).
- 4.2.2. **Tratando-se de procurador** deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.2.3. Cada **credenciado** poderá representar apenas uma licitante.
- 4.3. No momento do credenciamento deverá ser apresentada Declaração de Habilitação conforme ANEXO III, e de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação, podendo o credenciado ou representante preencher a declaração no momento da abertura da sessão.





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 4.4. A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.
- 4.5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro e equipe de apoio ou cujo documento de credenciamento esteja irregular, ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes de Proposta ou Documentação relativos a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 4.6. A empresa licitante, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº. 123/06, visando os benefícios previstos na mesma, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ANEXO VII,** assinada pelo seu proprietário ou sócios e contador responsável pela escrituração da empresa devidamente registrado no órgão regulador, acompanhada da **Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante**, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital.
- 4.6.1. A condição de licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedida pelo Pregoeiro se o interessado comprovar tal situação jurídica através do seu instrumento constitutivo registrado na respectiva Junta Comercial ou órgão competente, no qual conste a inclusão no seu nome como ME ou EPP, ou através da apresentação do comprovante de enquadramento do licitante na condição de ME ou EPP mediante declaração em instrumento próprio para essa finalidade no respectivo órgão de registro de seus atos constitutivos;
- 4.6.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as conseqüências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- 4.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;
- 4.8. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedira o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- 4.9. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

#### 5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

5.1. Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, a licitante deverá apresentar à Equipe de Apoio, juntamente com a Declaração de Habilitação (conforme ANEXO III), a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, se os mesmos não forem timbrados, os seguintes dizeres:

PREFEITURA DE	MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2022	
ENVELOPE "A" PROPOSTA	
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:	
CNPJ:	
PREFEITURA DE	MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2022	
ENVELOPE "B" DOCUMENTAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:	
CNP.I·	

#### 6. DA PROPOSTA

- 6.1. A proposta contida no envelope "A" deverá ser apresentada com as seguintes informações e características:
- 6.1.1. Emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas, vedadas cotações alternativas.
- 6.1.2. A licitante deverá apresentar o preço unitário e preço total, conforme ANEXO II deste Edital, e ao final com a indicação do total geral da proposta, em algarismo ou por extenso.
- 6.1.3. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos.
- 6.1.4. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 6.1.5. Os preços deverão ser cotados com até quatro casas decimais.
- 6.1.6. O valor do item informado **DEVE SER INFERIOR OU IGUAL AO VALOR DE REFERÊNCIA DO MESMO**, conforme ANEXO I deste Edital.
- 6.1.7. A última folha deverá estar carimbada com o CNPJ/MF da empresa licitante, e assinatura do representante legal da empresa.





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 6.1.8. Deve indicar o prazo de execução do objeto, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme item 05 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.
- 6.1.9. Deve informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura dos envelopes de proposta.
- 6.2. Caso os prazos estabelecidos nos subitens 6.1.8 e 6.1.9, não estejam indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.
- 6.3. Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preços global ou unitário inexeqüíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

### 7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.
- 7.2. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope "A", contendo a Proposta de Preços escritas ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade os preços "unitários".
- 7.3. Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 7.4. Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o Pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:
- a) classificará a licitante autora da proposta de menor preço por item e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- b) não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados. No





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

- c) havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
- 7.5. O Pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 7.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, **iniciando-se** pelo autor da proposta de **maior preço**, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.
- 7.6. O Pregoeiro, antes da etapa de lances, poderá estabelecer intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.
- 7.7. Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventuais consultas telefônicas, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos, por consulta.
- 7.8. Em observância à Lei Complementar Federal nº. 123/2006, na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superior até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.
- 7.9. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.9.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.8.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- 7.9.3. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).
- 7.9.4. O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº. 123/06).





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 7.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 7.12. Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

### 8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO

- 8.1. Para habilitação neste Pregão, ultrapassada a fase de propostas, a licitante, detentora da melhor oferta, deverá comprovar, mediante apresentação no ENVELOPE "B", os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir a maior rapidez na conferência e exame correspondentes:
- 8.1.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, este item é dispensado caso já tenha sido apresentado para credenciamento; ou ainda
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.
- d) No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.
- 8.1.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Secretaria





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

da Receita Federal do Brasil) conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014:

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município), emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- f) Prova de regularidade relativa à seguridade social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certificado de Regularidade de Situação CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço/FGTS);
- q) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, de acordo com a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011.

#### 8.1.3. <u>Documentação relativa</u> à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, inclusive os enviados via SPED para a Secretaria da Receita Federal, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b.1. Empresas constituídas há menos de 01 (um) ano, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação de tão somente do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou ainda, Declaração do Contador ou Técnico Contábil (com firma reconhecida em cartório), assinada por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;
- b.2. Empresas constituídas há mais de 01 (um) ano, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação obrigatória: Termo de Abertura, Balanço, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e Termo de Encerramento, sob pena de desclassificação na ausência de qualquer um destes.
- b.3. Empresas obrigadas e/ou optantes por Escrituração Contábil Digital ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº. 6.022/2007, com regulamentação pela Instrução Normativa RFB nº. 1.420/2013 e alterações posteriores, poderão apresentar documentos extraídos do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED, ou ainda, através do site da Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, na sequinte forma:





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 1. Recibo de Entrega de Livro Digital;
- 2. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital;
- 3. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- 4. Requerimento de Autenticação de Livro Digital;
- 5. Termo de Autenticação da Junta Comercial, quando exigível.
- b.4. Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), deverão comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS (DEFIS), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do "recibo de entrega", junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.
- b.5. Microempreendedor Individual (MEI), deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO ANUAL DE FATURAMENTO DO SIMPLES NACIONAL (DASN SIMEI), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do "recibo de entrega", junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.
- b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
- a) Apresentar no mínimo 01 (um) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedido em nome da proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

#### 8.1.5. Outros Documentos;

- a) Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme ANEXO IV deste Edital.
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do ANEXO V deste Edital).





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 8.2. Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão, à exceção de atestado(s) de capacidade técnica que não será(ão) objeto de aferição quanto a esse aspecto.
- 8.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- b) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.4. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou por servidores do Departamento de Licitações, até às 12:00 horas do último dia útil que anteceder a data marcada para abertura dos envelopes Proposta e Documentação, por publicação em órgão da imprensa oficial, ou Certidão de Inteiro Teor, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.
- 8.4.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 8.4.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 8.4.3. O Pregoeiro reservar-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 8.5. Com relação a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, em atendimento ao art. 43, da Lei Complementar nº. 123/2006, a mesma deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição.
- 8.5.1. Se havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, com termo inicial a partir da publicação do aviso de resultado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº. 147/2014).
- 8.5.2. A não regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

licitação (§ 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº. 123/2006).

- 8.6. Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.
- 8.7. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.
- 8.7.1. Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos:
- 8.7.2. As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

### 9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

- 9.1. Qualquer interessado poderá, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes e da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital, sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.
- 9.2. A petição deverá ser dirigida ao Pregoeiro, devendo o mesmo decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou conforme a complexidade, poderá submetê-la à Procuradoria Jurídica para análise e parecer;
- 9.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, ou não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, será designada nova data para realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.
- 9.4. A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante deverá ser feita ao Pregoeiro imediatamente após a declaração do(s) vencedor(es), nos casos de:
- a) julgamento das propostas;
- b) habilitação ou inabilitação da licitante;
- c) outros atos e procedimentos.
- 9.5. A licitante na sua manifestação explicitará, necessariamente, a motivação consistente que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.
- 9.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso pela licitante, implicará na decadência desse direito, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 9.7. Admitido o recurso, a licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, dirigidas ao Pregoeiro, e estará disponível às demais licitantes classificadas, para impugná-lo ou não, apresentando suas contra-razões em até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata em cartório dos autos do Pregão.
- 9.8. As licitantes que desejarem impugnar o(s) recurso(s), ficarão intimadas a fazê-lo desde a reunião de realização deste Pregão.
- 9.9. Uma vez tempestivo, o Pregoeiro receberá o recurso, declarando o seu efeito suspensivo, e encaminhará à Assessoria Jurídica para análise e parecer, sendo a decisão proferida pela autoridade competente responsável pela homologação da licitação.
- 9.10. O provimento quanto ao mérito do recurso pela autoridade competente implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 9.11. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do Pregão à licitante vencedora, e em conseqüência homologar o procedimento licitatório.

### 10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Será firmado contrato ou instrumento equivalente com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 10.2. O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será de até **02** (dois) dias úteis, após regular convocação da Prefeitura de Itaquiraí.
- 10.3. Na hipótese de a(s) licitante(s) convocada(s) não assinar(em) o(s) contrato(s) no prazo mencionado no subitem anterior, a Prefeitura de Itaquiraí convocará a(s) licitante (s) remanescente (s), na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

#### 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos devidos a **Contratada** serão efetuados pela Secretaria Municipal de Finanças, em até 30 (trinta) dias após a prestação do(s) serviço(s), mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários da Prefeitura de Itaquiraí/MS.
- 11.2. Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da contratada, o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.
- 11.3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

- 11.4. Entende-se por atraso o período que exceder o trintídio previsto no subitem 11.1.
- 11.5. O Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, as prestações dos serviços não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 11.6. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Pregão.
- 11.7. Caso seja constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a justificativa da parte que considerar indevida.
- 11.8. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 11.9. O Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

#### DO LOCAL, PRAZO, ACEITE E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1. O objeto deverá ser entregue nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com o cronograma de execução previamente definido pela mesma.
- 12.2. A licitante Contratada obriga-se a entregar o objeto a que se refere este Pregão, conforme o quantitativo e especificações descritas na Proposta, sendo de sua inteira responsabilidade a adequação daqueles que não estejam em conformidade com as referidas especificações.
- 12.3. A aceitação do objeto se efetivará em conformidade com o artigo 76 da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável pelo Órgão competente, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificações.
- 12.4. O aceite do objeto, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua execução/entrega, vier a se constatar fatos supervenientes que os tornem incompatíveis com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Orgão.
- 12.5. Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes neste Pregão





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

e/ou que não estejam adequados para uso.

12.6. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

#### 13. DAS PENALIDADES

- 13.1. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 13.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, e demais condições resultantes deste Pregão, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:

#### 13.2.1. Advertência:

- 13.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- 13.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, e Federal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
- a) apresentar documentação falsa, ou ainda ensejar injustificadamente o retardamento da realização do certame;
- b) não mantiver a proposta;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;
- d) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.
- 13.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

14.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09.01 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 20.606.0023.2.071 – Manutenção da Secretaria de Agricultura 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente Recurso 100

09.01 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 20.606.0023.2.071 – Manutenção da Secretaria de Agricultura 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente Recurso 123

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. A Prefeitura de Itaquiraí/MS, responsável pelo presente Pregão reserva-se o direito de:
- a) revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93;
- b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
- c) adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.
- 15.2. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, em se tratando dos recursos previstos no item 9, será feita nela se excluindo a data de início e incluindo a do vencimento e, não sendo computados, para esse fim, os feriados.
- 15.3. O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 15.4. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.
- 15.5. As informações inerentes a este Pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, junto a CPL, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, na Sala do Departamento de Licitações e Contratos.
- 15.6. Fica eleito o foro da cidade de Itaquiraí/MS, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

15.7. Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos: I (Termo de Referência - Especificações), II (Formulário Padronizado de Proposta), III (Declaração de Habilitação), IV (Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos), V (Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal), VI (Minuta do Contrato), e VII (Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte).

Itaquiraí/MS, 29 de março de	2022.
Sa	Edilson Luiz Pereira





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO I**

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, a aquisição de Patrulha Mecanizada, em atendimento ao Convênio MAPA — Plataforma +BRASIL nº. 908780/2020, com demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição visa incentivar a melhoria da produtividade e produção da agropecuária familiar, o investimento beneficiara diretamente cerca 650 famílias, e indiretamente serão mais de 15.000 pessoas, com o transporte de insumos para os agricultores familiares para recuperação da fertilidade dos solos e aumento da produtividade, melhoria da qualidade e quantidade da produção de alimentos, resultando em maiores produção de leite, carne e cereais, aumento da renda, aumentando a renda das famílias interferindo positivamente na economia do município.

### 3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DE REFERÊNCIA DO OBJETO

3.1 O custo total estimado da presente aquisição é de **R\$ 760.000,00** (Setecentos e sessenta mil reais), baseado nas cotações de preços anexo ao convênio.

Item	Foresificação		Hadala G	0440	Va	lor
	Especificação	Unidade	Qtde	Unitário	Total	
01	Cavalo Mecânico com cabine leito ou avançada; equipada com ar condicionado; com motor movido a óleo diesel; Tração 6 x 2; Com 11 rodas de aço aro 8,25 x 22,5 com pneus 295/80; Mínimo 06 cilindros; Potência mínima de 420 CV; Transmissão automatizada com no mínimo 12 marchas; Piloto automático; Direção Hidráulica; Sistema de freios e ar com tambor; Tanque combustível com capacidade mínima de 500 litros; Com tanque de Arla; com Elevação de truque.	Unidade	01	760.000,00	760.000,00	

### 4. LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO





#### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

4.1. O objeto deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com cronograma de execução previamente definido pela mesma.

#### 5. PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo máximo de entrega será de 180 (Cento e oitenta) dias, contados após o recebimento, por parte da contratada, da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município de Itaquiraí/MS.

#### 6. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1 O recebimento do objeto será de forma provisória, para posterior verificação de conformidade do objeto, e definitivamente, após a verificação das especificações e qualidade do mesmo, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável pelo Órgão competente.
- 6.2 Recebido o objeto, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua execução normal, vier a se constatar fatos supervenientes que o torne incompatível com as especificações, proceder-se-á a imediata reparação do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Órgão.

#### 7. FORMA DE SOLICITAÇÃO DE COMPRA

7.1. O objeto será solicitado através de Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras da Secretaria de Administração, devidamente autorizada e assinada pela autoridade competente.

#### 8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes deste processo ocorrerão por conta da Dotação Orçamentária abaixo relacionada:

09.01 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 20.606.0023.2.071 – Manutenção da Secretaria de Agricultura 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente Recurso 100

09.01 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente 20.606.0023.2.071 – Manutenção da Secretaria de Agricultura 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente Recurso 123

#### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Entregar o objeto deste Termo de Referência, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas;





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- 9.2 Manter, durante a execução do Contrato/Equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei;
- 9.3 Todos os encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto, será por conta da contratada;
- 9.4 Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- 9.5 Responder, perante ao Contratante e a terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste Contrato;
- 9.6 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante:
- 9.7 Instruir o fornecimento do objeto deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia(s) da(s) Autorização de Fornecimento;
- 9.8 Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.9 Não transferir em hipótese alguma, o objeto deste termo de referência a terceiros.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos por ela;
- 10.2 Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto;
- 10.3 Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Termo de Referência:
- 10.4 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada/Fornecedora sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 10.5 Notificar a Contratada/Fornecedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 10.6 Fiscalizar o presente Contrato/Equivalente através do Órgão competente;
- 10.7 Acompanhar prestação do(s) serviço(s) efetuado(s) pela Contratada/Fornecedora, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do mesmo.





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

### 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Os pagamentos devidos a contratada serão efetuados pela Secretaria Municipal de Finanças, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do(s) produto(s), e mediante a apresentação de faturas ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários da Prefeitura de Itaquiraí/MS.

### 12. ACOMPANHAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1 A Secretaria Municipal de Agricultura exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do contrato ou equivalente, e, a Contratada/Fornecedora aceitara, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela mesma, a qual nomeara um funcionário, para exercer tal função, cabendo a ele toda a fiscalização para o total cumprimento do objeto.

#### 13. SANÇÕES

- 13.1. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- 13.2. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, e demais condições resultantes deste Pregão, o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:
- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- 13.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual, e Federal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
- a) apresentar documentação falsa, ou ainda ensejar injustificadamente o retardamento da realização do certame;
- b) não mantiver a proposta;





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- c) comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa do atendimento das condições de habilitação ou cometer fraude fiscal;
- d) convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, falhar ou fraudar sua execução.
- 13.4. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Itaquiraí/MS, 29 de mar	ço de 2022.
9	Ricardo Fávaro Júnior ecretário Municipal de Agricultura e Pecuária





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO II**

### FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	PREGÃO PRESENCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAÍ	№ 14/2022
CNPJ: 15.403.041/0001-04 Rua Campo Grande, 1585	Processo nº. 32/2022

Fornecedor:		
Endereço:		
Cidade:		
CNPJ:		
Validade da Proposta:		
Prazo de inicio da Execução:		
Condições de Pagamento		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Item	Dosorioão	Marca Unid.	Qtde	То	tal	
item	Descrição	Iviarca	Unia.	Qide	Unitário	Total
01	Cavalo Mecânico com cabine leito ou avançada; equipada com ar condicionado; com motor movido a óleo diesel; Tração 6 x 2; Com 11 rodas de aço aro 8,25 x 22,5 com pneus 295/80; Mínimo 06 cilindros; Potência mínima de 420 CV; Transmissão automatizada com no mínimo 12 marchas; Piloto automático; Direção Hidráulica; Sistema de freios e ar com tambor; Tanque		Unidade	01		





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

combustível com			
capacidade mínima de 500			
litros; Com tanque de Arla;			
com Elevação de truque.			

Valor Total R\$ x.xxx.xxx.xx (Valor por extenso)

DECLARAMOS EXPRESSAMENTE QUE NO VALOR OFERTADO, BEM COMO NOS PREÇOS OFERTADOS ESTÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LICITAÇÃO, BEM COMO AS DESPESAS COM LOCOMOÇÃO, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM OCORRERÃO POR CONTA DA CONTRATADA.

Cidade/UF, de _	de 2022.
	Carimbo do CNPJ/MF e assinatura do Representante legal da empresa





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO III**

### **DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

(Nome da	Empresa) _				
CNPJ/MF n° completo)				, situada	(endereço
completo)			<del>.</del>	, <b>declara,</b> sob as	penas da Lei
nos termos do Indos requisitos da autorizado pelo Pi	ciso VII, art. 4' habilitação e	<sup>o</sup> da Lei Federa exigidos no E	al nº. 10.520/	/2002, que cumpi	re plenamente
Por ser expressa	manifestação	da verdade, fir	mo o present	e.	
Cidad		(),	de	de 2022	
Ossimba da OND	1/845		_		
Carimbo do CNP Representante le					





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS**

Declaramo impeça a nossa empresa qualquer tempo, sob as psua habilitação, na forma	a de participar de licit penas da Lei, a exist	ações pública ência de fatos	supervenientes imp	informar a editivos da
Cidade	(), estado	de	de 2022.	
Carimbo do CNPJ/MF e Representante legal da		_		





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO V**

## DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pregão Presencial nº Processo nº/2022	/2022				
nºdo disposto no inciso V acrescido pela Lei nº. 9. dezoito anos e trabalho dezesseis anos.	, por , e do CPF/M do art. 27 854, de 27	intermédio o portador IF nºda Lei Fede de outubro	de seu repres (a) da ( ral nº8.666, d de 1.999, qu	sentante legal Carteira de , <b>DECLAR</b> de 21 de junh e não empreg	o (a) Sr (a Identidade <b>A,</b> para fins o de 1.993 a menor de
Ressalva: emprega meno	r, a partir de	quatorze an	os, na condiç	ão de aprendiz	. ( ).
	MS,	de		de	_
Assinatura do representar	nte legal da	empresa			
(Observação: em caso a	firmativo, a	ssinalar a re	essalva acim	a)	





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO VI**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

PROCESSO Nº. \_\_\_/2022 CONTRATO Nº. \_\_\_/2022

O MUNICÍPIO DE MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua, n°, Centro, MS, inscrito no C.N.P.J.
sede na Rua, n°, Centro, MS, inscrito no C.N.P.J.
sob o Nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.
, brasileiro, casado, portador do RG n.º, SSP/ e CPF n.º, residente e domiciliado na Rua,
e CPF n.º, residente e domiciliado na Rua,
nº, Bairro,
Contratante e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de
direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com
estabelecimento na, Bairro, na cidade
, doravante denominada <b>Contratada</b> , representada neste ato
por, (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da CI sob
o RG n <sup>s</sup> , expedida pela 55P/, e inscrito no CPF
n.º, residente e domiciliado na Rua, e perante as
$N^0$ , Bairro, na Cidade de, e perante as
testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi
autorizada pelo despacho de homologação do processo de $Pregão\ Presencial\ n^o$
/2021, realizado nos termos da Lei Federal nº. 10.520/2002, regulado
subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/93 em sua atual redação, e na Lei Municipal
n°. 2.097/2009 de 04/03/2009, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a
seguir:
<b>CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:</b> Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de Patrulha Mecanizada, em atendimento ao Convênio MAPA – Plataforma +BRASIL nº. 908780/2020, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA e a Prefeitura de Itaquiraí/MS, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência.
<b>CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:</b> O objeto deste contrato será realizado por execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.
<b>CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b> : Dá-se a este contrato o valor global de R\$ (), para prestação de serviços do objeto previsto na cláusula primeira, e para o período mencionado na cláusula quarta.
§ 1º - Os pagamentos devidos à contratada serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura deMS, a prazo, a cada 30 (trinta) dias no valor mensal de R\$(





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

ou notas fiscais devidamente atestadas e visadas, por funcionários da Prefeitura Municipal deMS.
<b>§ 2º</b> - O critério de reajuste dos preços contratados será com base no Inciso XI do Art. 40, da Lei Federal nº. 8.666/93, em sua atual redação, e no mesmo percentual e data dos reajustes determinados pelo órgão competente do Governo Federal, ou da variação efetiva do custo da produção e preços atuais de mercado local ou regional, mediante pesquisa de preços, ou ainda na variação mensal do IGPM (FGV).
§ 3º – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à <b>Contratada</b> , aplicar-se-á o índice IPCA (IBGE), a título de compensação financeira, que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.
§ 4º - O preço contratado compreende todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.
§ 5º - Caso se faça necessária a retificação de fatura por culpa da <b>Contratada</b> , o prazo terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da fatura ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.
<b>CLÁUSULA QUARTA - O PRAZO</b> : O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
<b>PARÁGRAFO ÚNICO</b> – Havendo interesse da Administração, o presente Contrato poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:
<ul> <li>I – Nos casos previstos na legislação pertinente;</li> <li>II – Havendo saldo remanescente quanto ao objeto contratado.</li> </ul>
<b>CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA</b> : As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO: Cabe a Contratante, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Administração, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- I A Administração e os atos de controle do Contrato decorrente da presente licitação, será do Setor de Compras do Município de Itaquiraí/MS.
- II A Administração nomeia o(s) funcionário(s) ......, portador do CPF nº ....., lotado na Secretaria Municipal de ....., como FISCAL do Contrato, cabendo a ele(s) toda a Fiscalização para o fiel cumprimento de todos os atos previstos neste Documento por parte da(s) empresa(s) vencedora(s) do Certame.
- **III** Fica como responsabilidade do FISCAL, acionar tanto o Departamento de Licitação, como o Assessor Jurídico sob qualquer descumprimento das regras do Contrato por parte das empresas, sendo que todos os comunicados deverão ser feitos por escrito.
- IV O FISCAL do Contrato deverá ser comunicado, bem como possuir cópia de todos os pedidos realizados pelo Departamento de Compras para possuir conhecimento de todos os Atos praticados.
- V Todas as Secretarias deverão comunicar o FISCAL quando da chegada das mercadorias para que o mesmo realize a conferência.
- PARÁGRAFO ÚNICO A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.
- **CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Constituem obrigações da **Contratada**, além das demais previstas neste Contrato ou dele decorrentes:
- I Executar os serviços, objeto deste Contrato, no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital;
- II Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este ajuste;
- III Assumir, com exclusividade, todos encargos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- **IV** Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao **Contratante** ou a terceiros;
- V Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

- VI Responder perante ao **Contratante** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativos à execução do objeto deste Contrato:
- **VII** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o **Contratante**;
- VIII Instruir o fornecimento do objeto deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega (requisição);
- IX Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- X Não transferir em hipótese alguma este instrumento contratual a terceiros.
- CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Constituem obrigações do Contratante:
- I Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- II Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- III É de responsabilidade da contratante os pagamentos com hospedagem, alimentação e deslocamento da Contratada;
- IV Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Contrato;
- **V** Notificar, formal e tempestivamente, a **Contratada** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- **VI –** Notificar a **Contratada**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- VII Fiscalizar o presente Contrato através do Órgão competente;
- **VIII** Acompanhar a entrega dos serviços efetuada pela **Contratada**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.
- CLÁUSULA DÉCIMA DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO: Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Agricultura.
- § 1º A Contratada obriga-se a entregar o objeto a que se refere este Contrato, conforme os quantitativos e especificações descritas na Proposta, sendo de sua inteira





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

responsabilidade a substituição daqueles que não estejam em conformidade com as referidas especificações.

- **§ 2º -** O recebimento do objeto se efetivará, em conformidade com os arts. 74, I, e 76 da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante termo de recebimento, expedido por servidor responsável do Órgão competente, após a verificação da qualidade, quantidade, características e especificações.
- § 3º Recebido o objeto, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar fatos supervenientes que os tornem incompatíveis com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição do mesmo, contados da comunicação da irregularidade pelo Órgão.
- § 4º Especificar na Nota Fiscal: preço unitário, inclusive os centavos, incluídas todas as taxas, impostos, frete, e demais despesas.
- § 5º Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.
- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
- **PARÁGRAFO ÚNICO -** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à **Contratada** as seguintes sanções:
- I Advertência por escrito, quando a Contratada praticar irregularidades de pequena monta;
- II Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;
- III Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do fornecimento, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso;
- IV Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao Órgão competente no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente a critério do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO: A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

### Departamento de Licitações e Contratos

incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;

- II amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III judicial, nos termos da legislação;
- § 1º A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- § 2º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica o presente contrato para todos os efeitos de Direitos, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº. \_\_/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Aos casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, serão aplicáveis a Legislação pertinente a espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:** O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na legislação pertinente, para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita mediante Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO: Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciara a publicação em resumo, do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**: O foro do presente contrato será o da Comarca da cidade de Itaquiraí/MS, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado firmam o presente instrumento, com 02 (duas) cópias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas que a tudo assistiram.

	MS, de	de 2022.
CONTRATANTE		CONTRATADA

PREFEITURA DE TAQUIRAÍ cuidando da nossa Gente



### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

Rep		
TESTEMUNHAS:		
CPF/MF	CPF/MF	





### ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Departamento de Licitações e Contratos

#### **ANEXO VII**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa	, inscrita no CNPJ/MF nº
	lio de seu representante legal o(a) Sr.(a
•	(a) da Carteira de Identidade n' SP/ e de CPF n°
DECLARA, para fins do disposto no item 4	4 do Edital do <b>Pregão Presencial n°/2022</b> e sob penas da Lei, que esta empresa, na
( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, a	rt. 3° da Lei Complementar n°. 123/2006;
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, co 123/12006.	nforme inciso II, art. 3° da lei Complementar n°
DECLARA ainda que a empresa está exc do artigo 3° da Lei Complementar n°. 123,	luída das vedações constantes do parágrafo 4º de 14 de dezembro de 2006.
(localidade), dede	2022.
(Representante Legal empresa)	Contador/Técnico e nº. CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

